



## O ASCOOB ou A ASCOOB: a dupla natureza da cooperativa

Suellen Nascimento dos Santos - suellen.nascisantos@gmail.com  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Marcia Prezotti Palassi - mprezotti@hotmail.com  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

### Resumo

Este trabalho promove uma reflexão sobre a dupla natureza da cooperativa representada pela natureza social e pela natureza empresarial que, associada a uma educação cooperativista eficaz proporciona a consciência política e participação em ações coletivas. Como método de coleta de dados, foi utilizada a entrevista aos cooperados da ASCOOB Sisal. O trabalho abarca uma discussão sobre as características da ASCOOB Sisal e sobre como a educação cooperativista acontece nessa instituição. Após, tem-se os resultados, em que parte dos sócios reconhecem a cooperativa como banco e, por fim, as considerações finais que remetem a uma reflexão de que quanto maior for a educação cooperativista, maior será a participação do sócio assumindo-se enquanto dono na cooperativa.

**Palavras-chave:** Cooperativismo. Educação cooperativista. Participação. Cooperativa de crédito. Bahia.

Os movimentos sociais e os estudos organizacionais surgiram concomitantemente no início da década de 1960, e foram “[...] duas das arenas mais ativas e criativas da atividade acadêmica nas ciências sociais durante as últimas quatro décadas” (MCADAM; SCOTT, 2005, p. 4, tradução nossa). Inicialmente, esses dois campos não se conectavam visto que os estudos organizacionais se concentravam no comportamento instrumental e organizado e os movimentos sociais, focavam justamente no inverso, em comportamentos espontâneos e desorganizados.

Os estudos organizacionais ganharam notoriedade ao considerarem os sistemas abertos, com a importância dada ao ambiente externo, levando-se em consideração recursos materiais, forças políticas, institucionais e culturais. Também os estudos dos movimentos sociais começaram a reconhecer o ambiente externo, não apenas em contextos de alienação e privação, mas como fonte de recursos e processos organizacionais (liderança, estrutura administrativa, incentivos à participação, obtenção de recursos) (MCADAM; SCOTT, 2005). A perspectiva micro foi associada à perspectiva macrossocial para análise dos campos de estudo.

Gohn (1997) explica que o nível micro refere-se a explicações específicas do universo com ênfase na cultura e na política dos grupos e movimentos, já o nível macro refere-se a explicações gerais que enfatizam processos políticos e não econômicos da Mobilização de Recursos.

Ao considerar os prismas que envolvem esses dois campos de estudo, cabe considerar a necessidade da interseção destes, a fim de tornar as discussões mais interessantes e conduzir a um avanço nas ciências. Portanto, tanto a regulação social quanto a econômica estão presentes nos dois campos de estudo. Os movimentos sociais precisam refletir acerca dos processos organizacionais, e as mobilizações sociais podem e devem ocorrer nas organizações em nível micro e macrosocial.

Neste sentido é que a presente pesquisa se apoia neste último enfoque ao considerar as mobilizações sociais, emergentes no estudo organizacional, abarcando a organização cooperativa que é vista como uma organização alternativa. Flitzgerald e Rodgers (2000) abordam acerca dessas organizações alternativas, nomeadas por eles como Radical Social Movement Organizations (RSMOs), em que trazem um modelo teórico alternativo.

De acordo com os autores, os RSMOs “[...] tendem a ser organizados de forma não hierárquica e a aderir a uma estrutura antiburocrática, são muitas vezes ideologicamente anticapitalistas e têm objetivos que são radicais e emancipatórios [...]” (FLITZGERALD; RODGERS, 2000, p. 573, tradução nossa). Além disso, as RSMOs desenvolvem um estilo democrático participativo, onde motiva a habilidade de liderança popular e tomada de decisão coletiva. Neste tipo de organização não há uma estrutura hierárquica, sendo a gestão descentralizada.

Entretanto, a complexidade de se entender a organização alternativa a partir de uma perspectiva micro e macrosocial, considerando as características supracitadas, conduzem ao desafio de se entender como o associado da cooperativa ASCOOB Sisal percebe e significa a cooperativa, enquanto membro dela; sendo este, o objetivo do presente trabalho.

A Associação das Cooperativas de Apoio à Agricultura Familiar (ASCOOB) foi criada em 1999 com o apoio de entidades ligadas a movimentos sociais da Bahia; tendo por base fortalecer a agricultura familiar. A exemplo dessas entidades há o Movimento de Organização Comunitária (MOC), as Associações dos Pequenos Agricultores (APAEB's), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e o Instituto de Cooperação Belgo-brasileiro para o Desenvolvimento Social (DISOP Brasil) (SISTEMA ASCOOB, 2020).

Posteriormente, em 2008, fora criada a Cooperativa Central de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bahia (ASCOOB Central) ampliando sua atuação por todo território baiano, atingindo também Alagoas e Sergipe; e passou a suprir a lacuna de representatividade legal das cooperativas filiadas, junto ao Banco Central do Brasil (SISTEMA ASCOOB, 2020).

A ASCOOB Central atua em dezesseis territórios, abrange um total de 50 mil filiados, e possui como missão “Fortalecer a economia familiar solidária, através do cooperativismo de crédito, fomentando os processos de desenvolvimento local integrado, sustentável e solidário do estado da Bahia” (SISTEMA ASCOOB, 2020).

A ASCOOB atua em duas instâncias: enquanto associação e central; além de atuar em quatro áreas estratégicas: Gestão, Educação Cooperativista, Assistência Técnica Rural (ATER) e Microcrédito. Dentre as cooperativas filiadas à Central ASCOOB, encontra-se a Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB Sisal, com sede no município de Serrinha-BA.

A educação cooperativista é um processo fundamental ao entendimento da gestão social da ASCOOB Sisal. Mas, antes de falar propriamente do conceito de educação cooperativista, cabe uma abordagem inicial acerca da educação e da cooperação, de forma a evidenciar como esses termos estão interligados.

Para Freire (1996, p. 38) “A educação é uma forma de intervenção no mundo”, já a cooperação para Frantz (2001, p.242) é definido como um processo social “[...] embasado em relações associativas, na interação humana, pela qual um grupo de pessoas busca encontrar

respostas e soluções para seus problemas comuns, realizar objetivos comuns, busca produzir resultados, através de empreendimentos coletivos com interesses comuns”. Dessa forma, pode-se perceber também a cooperação como uma forma de intervenção no mundo, só que de forma coletiva. Importa salientar que a educação também é um processo social na vida humana.

Frantz (2001, p.243) ratifica essas ideias ao afirmar que “[...] a educação e a cooperação são duas práticas sociais que se processam de tal forma que, sob certos aspectos, uma contém a outra”. A partir da organização cooperativa tem-se a produção da educação, bem como no processo de educação podem-se identificar práticas de cooperação (FRANTZ, 2001).

Com relação à prática da cooperação, Frantz (2001) afirma que essa prática “[...] como expressão das ações entre pessoas que se associam em razão de seus interesses ou necessidades é, certamente, também um lugar privilegiado de processos de comunicação e de interação, isto é, de educação”.

Uma vertente mais pedagógica dos conceitos de educação é abordada por Gohn (2006), que traz três tipos de educação: formal, informal e não-formal. A educação formal possui características físicas como o espaço territorial da escola com regulamentações e normatizações, em que o educador é o professor, que utiliza conteúdos para aprendizado sistematizado (GOHN, 2006).

A educação informal refere-se a processos de socialização nas relações intra e extrafamiliares que atua no campo das emoções e sentimentos, encontra-se carregada de culturas e valores próprios em que os agentes educadores são pais, amigos, família, vizinhos, dentre outros agentes encontrados em espaços de referências de nacionalidade, localidade, etc.; e que ocorre de forma espontânea e não organizada (GOHN, 2006). Nessa educação, atitudes, comportamentos e hábitos são desenvolvidos de acordo com valores e crenças do grupo que se frequenta ou de pertença.

Já a educação não formal é caracterizada pelo compartilhamento de experiências em espaços e ações coletivas onde há processos interativos intencionais construídos coletivamente (GOHN, 2006). Neste tipo de educação “[...] uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes” (GOHN, 2006, p.29). O processo de educação não formal surge a partir de interesses e necessidades que emergem no coletivo, sendo transmitida informação e formação política, social e cultural a um grupo; além de trabalhar a identidade coletiva do mesmo (GOHN, 2006).

Sob esses conceitos é possível inferir que a educação cooperativista pode ser entendida como uma educação não formal, visto que ela propõe intencionalmente um repasse de informações e uma formação acerca da cultura cooperativista, bem como uma formação política e social para o coletivo.

Os princípios e fundamentos cooperativistas conduzem a uma formação humana voltada para agir coletivamente, a fim de se obter um objetivo comum. O princípio do empenho na educação cooperativa é também uma herança owenista. Ela deriva da ideia de que os homens são o que a educação (ou sua falta) faz deles. Para Owen, os vícios e o egoísmo são frutos de uma educação errada. Portanto, para que o cooperativismo seja atendido e apoiado em seus propósitos, é necessário que não só os cooperados, mas o público em geral seja educado em seus princípios ou, mais amplamente, em sua visão de mundo. (SINGER, 2002, p. 42). Nessa perspectiva, a educação cooperativista precisa acontecer para que a organização cooperativa funcione. O próprio Banco Central defende a aplicação dessa educação, ainda que de forma domesticada, visto que o que diferencia uma instituição financeira tradicional de uma cooperativa de crédito é justamente o reconhecimento do associado como dono e usuário do seu negócio e atuante em cooperação (ARAÚJO; CHRISTOFFOLI, 2016).

Numa cooperativa de economia solidária, a educação cooperativista também se faz presente e pode ser vista com destaque no cooperativismo de crédito, visto a forte necessidade de se haver um equilíbrio entre o econômico e o social. Magalhães e Abramovay (2007) perceberam em seus estudos que organizações econômicas voltadas para populações rurais de baixa renda, contavam com dirigentes e associados participantes em Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e pressupunham que a gestão financeira de agricultores possuía um compromisso social na vida econômica preservando valores básicos ligados à doutrina social da igreja, como solidariedade, união, organização social e luta; que se somam aos fatores econômicos como balanço contábil e sobras das cooperativas, por exemplo (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007).

Assim, tinha-se “[...] a gestão racional desenvolvendo-se em concomitância com a formação de um projeto político e social [...]” (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2007, p. 108), de forma a abordar duas dimensões unificando a racionalidade econômica com a promoção de valores ligados à equidade e participação direta dos indivíduos na gestão de seus negócios.

Nessa perspectiva, o Sistema ASCOOB em 2000 criou o Departamento de Educação Cooperativista – DECOOP, com trabalho sistêmico e organizacional fomentando a educação e formação, comum às cooperativas filiadas à ASCOOB (ARAÚJO; CHRISTOFFOLI, 2016). O DECOOP adotou como orientação metodológica baseada na perspectiva pedagógica de Paulo Freire, uma educação a partir das lutas dos movimentos sociais.

Nesse período as organizações sociais e movimentos populares passavam por momentos de lutas pela inclusão social, o que influenciou as práticas organizativas da ASCOOB, que criou além do DECOOP, os Departamentos de Educação Cooperativista – DECs, os Núcleos de Educação Cooperativistas - NUDECs e os Núcleos Cooperativistas de Base – NUCOOBs.

Ainda se destacam os programas de Formação de Novos Quadros Dirigentes Cooperativistas – FORMACOOPS que intencionavam consolidar o cooperativismo de crédito solidário e de agricultura familiar nas regiões de atuação do cooperativismo de crédito rural; por meio de jornadas ou missões cooperativistas (ARAÚJO; CHRISTOFFOLI, 2016).

A partir de 2008, esse processo de educação cooperativista pela ASCOOB entra em declínio, devido à redução de recursos investidos e a alta demanda por ampliação de vendas, melhoria e inovação de produtos e serviços, em vista do momento de revolução da informação e do conhecimento, aumentando também a competitividade e a busca pela sustentabilidade financeira. Neste sentido, a educação cooperativista passa por uma crise estabelecida entre a transformação social e a busca por resultados financeiros (ARAÚJO; CHRISTOFFOLI, 2016).

Assim, em 2010, as ações da educação cooperativista sofreram limitações e houve o enfraquecimento do DECOOP. Entre 2010 e 2015, o sistema passou a ter enfoque voltado para a lógica capitalista com ênfase na educação empreendedora e financeira, firmando parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas na Bahia – SEBRAE (ARAÚJO; CHRISTOFFOLI, 2016).

Araújo e Christoffoli (2016) defendem que as concepções do empreendedorismo SEBRAE apontam para uma promoção da ideologia mantenedora da ordem capitalista, no que reproduz posturas e práticas que não motivam a construção da consciência crítica e a transformação social das realidades injustas; mas incentivam a lucratividade, eficiência empresarial e oportunidades de negócio, reproduzindo práticas de dominação e controle.

Enfim, precedidos relatos do formato de educação cooperativista atual, nota-se que o processo de formação de consciência coletiva tem sido ressaltado como essencial à manutenção da cooperativa, podendo ser esse processo “transmitido” para o cooperado. Entretanto, a realidade das cooperativas de crédito de economia solidária, é de uma educação cooperativista pautada em valores capitalistas e individualistas, visto as próprias características e exigências

da instituição financeira que está regulamentada e deve seguir normas do Banco Central. Eis aí uma contradição no processo de viabilização do equilíbrio entre o social e o econômico, e que conduz a um resultado pautado na formação de uma consciência política do cooperado.

Com o intuito de se compreender o significado que o cooperado atribui à cooperativa ASCOOB Sisal, a partir da orientação metodológica interacionista simbólica de Blumer (1969), que aborda a premissa de que o indivíduo age de acordo com o significado que ele atribui a algo; é que foram realizadas entrevistas abertas (não estruturada), por amostragem não probabilística, por tipicidade.

Assim, foram entrevistados nos meses de fevereiro e março de 2021, sujeitos típicos presentes na ASCOOB Sisal, que conta com 35.619 sócios distribuídos nos três territórios de Identidade que são o sisal (Barrocas, Biritinga, Cidade Nova, Conceição do Coité, Ichú, Lamarão, Serrinha e Salgadália), Recôncavo (Cabaceira do Paraguaçu e Governador Mangabeira) e Baixo Sul (Ituberá, Igrapiuna, Taperoá e Valença), totalizando 13 municípios, e 14 agências (SISTEMA ASCOOB, 2019). Os critérios de seleção contemplaram diferentes tipos de sujeitos: 1 cooperado de cada agência, totalizando 14 cooperados; e sujeitos pertencentes à estrutura administrativa (Figura 6) da cooperativa com sede em Serrinha/BA, a contar: 1 representante do Conselho de Administração, 1 representante da gerência administrativa, 1 representante da gerência comercial, 1 representante do setor de formação e 1 representante do Conselho Fiscal, totalizando 5 cooperados. No total foram 19 sujeitos típicos entrevistados por meio do serviço de comunicação desenvolvido pelo *Google*, o *Google Meet*, devido à pandemia do Coronavírus (COVID-19).

O método de análise de dados utilizado foi a Teoria Fundamentada nos Dados (TFD) que tem seus fundamentos teóricos derivados do pragmatismo e do interacionismo simbólico. A pesquisa levantou códigos e, em seguida, categorias. Uma das categorias originadas da análise foi “Significando a ASCOOB Sisal enquanto banco”. Esta, emergiu a partir da percepção do próprio sócio ao falar sobre sua relação com a cooperativa. E será melhor discutida nos resultados desse trabalho.

Dentre as percepções dos sócios relacionadas ao conceito Significando a ASCOOB enquanto banco, foi possível perceber alguns entrevistados que demonstraram pelas falas reconhecer a ASCOOB Sisal como um banco, não percebendo tanta diferença em relação aos bancos tradicionais:

(...) tudo o que os outros bancos têm, a ASCOOB oferece...não vejo tanta diferença também.(E1)

Eu vejo que uma empresa sem os funcionários ela não anda né, então uma coisa é o banco, um banco sem seus associados, seus cooperados ele não vai a lugar nenhum. (E3)

(...) rapaz é nosso banco, a gente tem que acreditar no banco que seja nosso né (...). (E7)

Rapaz é a facilidade também, me motiva bastante. Porque em outros bancos, a gente tem certa dificuldade de resolver determinadas coisas. (E16)

Também foi perceptível a preocupação de alguns com relação a esse entendimento de que a cooperativa é um banco. De acordo com os entrevistados, a ASCOOB Sisal tem passado pela profissionalização dos processos, além de possuir similaridade em relação a outras instituições financeiras, com relação à cobrança de taxas operacionais e ser tratada como um banco pelo Banco Central:

(...) caminha para um processo muito de...de profissionalização dos processos. Isso é muito importante porque dá maior segurança da nossa ação, porém

por outro lado se isso não vier acompanhado de um processo de educação, de aproximação com os cooperados, isso acaba é causando uma confusão na mente da pessoa, dos cooperado, isso eu digo porque hoje a gente prega isso, as pessoas olham e dizem que é um banquinho, aqui tá virando um banco. (E14)

Alguns cooperados alegam que se aproxima muito dos bancos convencionais, e aí eu tenho defendido a pauta de que é necessário a gente rever e reduzir de alguma forma as taxas, para que não fique parecido a cooperativa de crédito como um banco, um banco convencional. (E18)

(...) é um desafio né a gente continuar enquanto, enquanto instituição financeira com o propósito que ela tem, com a missão, e assim porque na verdade, muitas vezes a gente é visto como banco, eu to falando a respeito do...essa é a minha visão a respeito do Banco Central. (E19)

Essas considerações conduzem a um entendimento de que a categoria “significando a ASCOOB Sisal enquanto banco”, surge como uma consequência da dupla natureza da cooperativa. A dupla natureza da cooperativa parte do desafio que a cooperativa possui em sua gestão, que abrange objetivos de ordem econômica e social, a tornando “(...) mais complexa e distinta de outras formas de organização” (SOUSA *et al*, 2014, p.501).

Sousa *et al* (2014) esclarecem o que para eles se configura enquanto natureza de ordem social e econômica, com suas respectivas gestões social e empresarial:

No caso da gestão empresarial, a sua finalidade é gerir os interesses e incentivos econômicos dos associados do empreendimento coletivo, além de se preocupar com questões estratégicas da administração, tais como os aspectos financeiros, de produção, marketing, entre outros. Por outra parte, a gestão social está voltada para o relacionamento da cooperativa com os associados, como forma de promover sua participação em processos decisórios, bem como qualifica-los para tal, além de assegurar espaços nas instâncias participativas.

Os autores complementam que a eficiente gestão econômica e social, garante à cooperativa um diferencial em relação a outras organizações econômicas que é o imperativo democrático (SOUSA *et al*, 2014).

A gestão social e a gestão empresarial se complementam e são imprescindíveis ao êxito da gestão cooperativa (SOUSA *et al*, 2018). A educação cooperativista é o que promove a adequada gestão cooperativa atuando num processo de capacitação sob as duas formas de gestão (SOUSA *et al*, 2018). Por meio dela, a participação social e econômica dos cooperados tende a ocorrer de modo consciente e ativo, levando à fidelização do sócio (PETARLY, 2017). Sousa *et al* (2018) entendem que em muitas organizações cooperativas, há um enfoque empresarial priorizado em detrimento do enfoque social, que fica em segundo plano.

A partir do momento em que há o entendimento de que a ASCOOB Sisal se trata de um banco, não há motivo para o cooperado se ver como dono, se aprofundar no conhecimento acerca da cooperativa (metas, objetivos e fundos) e participar das assembleias.

Assim, a natureza de ordem econômica é percebida pelo sócio quando ele significa a ASCOOB Sisal enquanto banco, quando ele assume uma cultura individualista, quando ele não gera mudança, reconhecendo a participação somente por meio das conversas com o gerente, ou quando a educação cooperativista ocorre com a aplicação de cursos voltados para a educação financeira e/ou aborda temáticas voltadas para gestão empresarial.

Esta pesquisa possibilitou a compreensão da percepção do associado com relação à cooperativa, que, no pensamento de diversos sócios, também é vista como um banco. A visão de banco parte de uma natureza de ordem econômica (a gestão empresarial), onde não se tem uma educação cooperativista que motive a gestão social.

O que existem, são ações que intensificam cada vez mais o pensamento do cooperado enquanto membro de uma organização de gestão empresarial. Portanto, se a cooperativa é vista

como um banco, caberá ao indivíduo realizar suas transações financeiras, acessos ao crédito, empréstimos, e outras ofertas que o “banco” dispor. No entendimento do associado, não há outro compromisso, além desse de ser usuário na organização.

E, a partir do momento, que as informações, formações e educação, chegam para ele reforçando o papel do cooperado enquanto usuário, será somente dessa forma que o sócio se perceberá, ficando limitada qualquer participação enquanto dono da organização.

As reflexões do presente estudo, reforçam o entendimento do quanto a educação cooperativista consegue potencializar a dupla natureza de uma cooperativa de crédito, a diferenciando de outra organização financeira.

## Referências

- ARAUJO, G.S.; CHRISTOFFOLI, P.I. Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no Território do Sisal-Bahia. **Revista NERA**, v. 19, n. 34, 2016.
- FITZGERALD, K. J.; RODGERS, D. M. Radical social movement organizations: A theoretical model. **The Sociological Quarterly**, v. 41, n. 4, p. 573-592, 2000.
- FRANTZ, W. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Sociologias**, p. 242-264, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, v. 43, 1996.
- GOHN, M.G.M. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, 1997.
- MAGALHÃES, S.R.; ABRAMOVAY, R. A formação de um mercado de microfinanças no sertão da Bahia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.22, nº63. 2007.
- MCADAM, D.; SCOTT, R. Organizations and movements. In.: DAVIS, G. F., *et al.* (ed.). **Social movements and organization theory**. Cambridge University Press, p.4 – 40, 2005.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. Fundação Perseu Abramo. São Paulo: 2002.
- SISTEMA ASCOOB. **Notícias**. Disponível em: <<http://www.sistemaascoob.com.br/noticia/201/ascoob-e-apoio-e-credito-para-agricultores>> Acesso em: out. 2020
- SOUSA, D.N. *et al.* A comunicação na articulação agroindustrial entre uma cooperativa central, suas cooperativas singulares e cooperados. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 495-514, 2014.
- SOUSA, D.N. *et al.* “Temos que saber que a cooperativa é uma empresa diferente”: percepções sobre a educação cooperativista. **Revista Humanidades e Inovação**, v.5, n. 2 – 2018, p.35-46.